

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – A Constituição Econômica e a Administração Pública na Atualidade.....	7
1. Notas introdutórias sobre os fundamentos da intervenção estatal no domínio econômico: a Constituição Econômica e a Constituição Dirigente.....	7
1.1. A Constituição econômica brasileira e as formas de intervenção do Estado na economia.....	15
1.2. A intervenção indireta na economia sob a forma de regulação e fomento	19
1.3. A intervenção direta no domínio econômico: a exploração de atividades econômicas em sentido estrito e a prestação de serviços públicos	22
2. O Estado e a organização administrativa contemporâneos: elementos caracterizadores e transformações	29
2.1. Rupturas e continuidades na Administração Pública do século XX.....	32
2.2. A aceleração das transformações na Administração Pública na década de 1990 e as tendências no início do século XXI.....	37
2.3. As empresas estatais na atualidade.....	41
Capítulo II – As Empresas Estatais: entre a Prestação dos Serviços Públicos, a Exploração das Atividades Econômicas e as Transformações Vivenciadas no Século XX	45
1. A ascendência das empresas estatais	45
1.1. O conceito no direito brasileiro	48

1.2. Breve contexto do surgimento das empresas estatais no Brasil....	50
1.3. Da evolução das empresas públicas sob o ângulo do regime jurídico e da doutrina.....	54
1.4. A identificação pela doutrina do regime jurídico da empresa estatal a partir da dicotomia “serviços públicos” versus “atividades de exploração econômica”	68
1.5. O uso da dicotomia na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que envolve as empresas estatais.....	75
1.6. Os problemas advindos da dicotomia serviço público x atividades de exploração econômica para identificar o regime jurídico aplicável à empresa estatal: a necessidade de uma nova compreensão dessas categorias.....	81
2. O conceito de serviço público.....	85
2.1 Considerações iniciais.....	85
2.2. O surgimento da noção tradicional de serviço público e o percurso no direito brasileiro	89
2.3. O debate sobre o regime jurídico dos serviços públicos	93
2.4. A crise dos serviços públicos	96
2.5. O conceito no direito europeu: a evolução do conceito de serviços públicos na Europa e a emergência de um conceito funcional de serviços públicos em Portugal.....	99
3. A previsão de um estatuto para as empresas estatais: a alteração, por emenda constitucional, do artigo 173, §1º, da Constituição	107
3.1. A edição da Lei n. 13.303/16 e a regulamentação do artigo 173, §1º, da Constituição	110
3.1.1. A Lei n. 13.303: o avanço legal mais significativo desde a edição do Decreto-Lei n. 200/1967 e as lacunas da lei	117

4. O problema da regulamentação em uma mesma lei do regime jurídico das empresas estatais que prestam serviços públicos e exploram atividades econômicas.....	120
4.1. As possibilidades de interpretação da expressão “atividade econômica” contida no artigo 173, §1º.....	121
4.1.1. As interpretações mais comuns sobre o alcance do artigo 173, §1º, da Constituição	122
4.2. Os argumentos que fundamentam o pedido de declaração de inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei n. 13.303/2016	125
5. As estruturas normativas dos artigos 173 e 175 da Constituição da República	129
Capítulo III – Por uma Leitura Contemporânea para o Regime Jurídico das Empresas Estatais	135
1. A importância das empresas estatais na atualidade e a necessidade de aperfeiçoamento dos seus quadros explicativos.....	135
1.1. Três propostas de enfrentamento do tema	136
2. A superação da dicotomia “serviços públicos” <i>versus</i> “atividades de exploração econômica” para a identificação do regime jurídico das empresas estatais	137
2.1. A constitucionalidade do regime jurídico estabelecido pela Lei n. 13.303/16	146
3. O prestígio à conformação legal conferida pela Administração e pelo Poder Legislativo: a atuação excepcional do Poder Judiciário	155
4. Do serviço público compreendido como privilégio estatal ao serviço público como obrigação fundada nos direitos fundamentais.....	162
Considerações Finais	173
Referências Bibliográficas	177